

## Panorama Econômico

### Miriam Leitão e Débora Thomé

#### Sorvete e cereja

O governo brasileiro nega e o vice-ministro Martin Redrado, da Argentina, diz que a união monetária entre os dois países é a cereja de um sorvete ainda não servido. Mas os estudiosos do assunto acham que é preciso começar a pensar neste futuro. O economista Fabio Giambiagi e o economista argentino Héctor Rubini dizem que as projeções sobre os dois países mudam dependendo desta decisão.

Desde a eleição, o presidente Lula vem falando sobre isso aqui e na imprensa estrangeira. Na reunião com o presidente Duhalde, no dia 14 de janeiro, os dois presidentes instruíram o Grupo de Monitoramento Econômico a examinar os passos necessários para a criação de uma moeda Brasil-Argentina. Numa entrevista ao Le Monde, logo depois, Lula disse que a coordenação dos dois bancos centrais é condição necessária para a criação da moeda comum.

Os dois economistas em um estudo recente lembram que, quando se tenta projetar o futuro das duas economias, mais importante do que saber se terá déficit em transações correntes de 1% ou 2% do PIB, ou mesmo a taxa de inflação de 8% ou 6%, é saber se Brasil e Argentina seguirão projetos independentes ou se estarão trabalhando para uma moeda comum e um banco central unificado.

De fato, esta informação precede qualquer análise que se queira fazer sobre os dois países, mas, neste momento, parece inviável. Antes, seria necessário que a Argentina unificasse seu próprio padrão monetário. Ela ainda tenta recolher as inúmeras moedas que proliferaram nas províncias durante o colapso cambial. Seu Banco Central, transformado em caixa de conversão, está agora se reconstruindo como autoridade monetária. Os dois países viveram, nos últimos anos, tumultos cambiais, choques externos e internos e crises de confiança. A Argentina, ainda em moratória, tem risco-país acima de 5.000 pontos, o Brasil, recuperando-se rapidamente da crise de confiança do ano passado, viu seu risco despencar de 2.400 para o patamar de 700 em seis meses. Mas coincidentemente as duas moedas caminham com cotações tão parecidas nos últimos meses que parecem convidar à reflexão sobre este tema de lenta construção.

Giambiagi e Rufini fazem isto no seu estudo: avaliam os obstáculos e condicionantes para uma possível unificação monetária. Não é o primeiro, e certamente não será o único, estudo sobre o tema feito pelo economista do BNDES. No final do ano passado Giambiagi e Igor Barenboim escreveram sobre a moeda comum Brasil e Argentina a partir das lições da unificação monetária alemã de 1990.

O processo de unificação monetária exige o cumprimento de diversas etapas: políticas comuns na área comercial, de mercado de capitais, de trabalho, de serviços, fiscal e cambial. Portanto, é uma corrida de obstáculos a qual, antes de qualquer coisa, cada país precisa decidir se quer iniciar. Na Argentina, isso consta do programa econômico do candidato Nestor Kirchner, que vai se reunir com Lula, que também disse o mesmo em diversas ocasiões da campanha e depois dela.

Entre os obstáculos levantados por Giambiagi e Rufini estão, por exemplo, uma enorme diferença nos dois países na relação da união com os estados federados. Na Argentina, não há nada parecido com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Na política antiinflacionária, o Brasil evoluiu para

um sistema de metas, enquanto a Argentina envolveu desde a crise de 2001, impondo uma série de controles sobre os preços. É bem verdade que o Banco Central argentino tem estudado a aplicação de um sistema de metas de inflação no país através do estudo do modelo brasileiro.

Na verdade, o projeto de integração está estagnado desde 99 e foi até bombardeado por diversas medidas de defesa tomadas principalmente pela Argentina desde que o Brasil desvalorizou a moeda. “No fim de 2002, declarações e iniciativas de funcionários do governo brasileiro que iria assumir em 2003 renovaram o interesse pela consideração da viabilidade de uma moeda comum para a região”, diz o texto.

Uma moeda comum só seria possível através de três caminhos, dizem os economistas: adotar o dólar, adotar a moeda de um dos sócios ou criar uma terceira. Eles mesmos dizem que só a última é viável. O Brasil jamais aceitaria o dólar e a adoção da moeda de um dos países seria vista como capitulação em relação ao outro.

Para isso, seria necessário um BC unificado, que fosse o único administrador das reservas dos dois países; a mesma legislação de instituições financeiras; o mesmo regime cambial; a mesma política monetária; um mesmo regime contábil; o mesmo sistema de supervisão bancária, prevenção e punição de crimes financeiros como lavagem de dinheiro, normais comuns sobre fluxo de capitais. Assim sendo, o primeiro debate a ser travado é sobre a possibilidade de aceitação, em cada país, do principal ônus deste caminho: a renúncia ao conceito atual de soberania monetária.

Portanto, como se vê, esta é uma longa caminhada, como foi na Europa. Por enquanto, tudo o que os dois países parecem dispostos a tomar são decisões mais simples, como a possibilidade de uma moeda para o comércio bilateral de determinados produtos. Ontem foi criado um grupo de trabalho entre os dois países para incentivar o comércio bilateral através de um fundo de financiamento.

Qualquer projeto de unificação é um longo caminho, mas o que Fabio Giambiagi tem dito é que é preciso analisar cada etapa deste percurso com base nas experiências recentes no mundo; entre elas, a mais estimulante foi a criação do euro.